

O PARADIGMA NEOLIBERAL E A ECONOMIA BRASILEIRA NO CONTEXTO DA GLOBALIZAÇÃO

ECONOMIA

LAERTE FEDRIGO

Mestre em Economia Política e Bacharel em Ciências Econômicas pela PUC/SP; Professor de Elaboração e Análise de Projetos do Curso de Administração da FASP; de História Econômica dos cursos de História e Geografia na UNISA e de Economia Internacional no curso de Administração-COMEX na UNINOVE.

lafedrig@ig.com.br

RESUMO

A combinação das transformações econômicas no cenário internacional com a crise econômica no flanco interno motivou, no Brasil, a adoção das reformas estruturais liberalizantes, preconizadas pelos organismos multilaterais. Mas, a despeito do que previam os *policy makers*, elas não foram capazes de melhorar o desempenho competitivo da indústria nacional nem de permitir a retomada do crescimento econômico ou romper com a tendência regressiva histórica do perfil distributivo brasileiro; ao contrário, implicaram um desequilíbrio exorbitante das contas externas brasileiras, tornando o país vulnerável à volatilidade do mercado financeiro internacional, com reflexos negativos sobre a atividade econômica e o mercado de trabalho.

Palavras-chave: globalização; reformas estruturais; desenvolvimento; Brasil.

ABSTRACT

The combination of the economic transformations in the international environment and the economic crisis, has forced internally in Brazil the adoption of structural and liberizing reforms required by multilateral organisms. On the contrary of what was hoped by policy makers, they were not able to improve the competitive development of the national industry, allow the retaking of the economic growth, or break the historic regressive tendency of the Brazilian distributive profile. On the contrary, they implied an exaggerated unbalance of the Brazilian external debt, turning the country vulnerable to changeable international financial market, with negative reflexes upon the economic activities and the work market.

Key words: globalization; structural reforms; development; Brazil.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo procura avaliar os resultados das reformas estruturais liberalizantes implementadas no Brasil a partir de 1989, identificando seus efeitos sobre a produtividade e a competitividade, o crescimento econômico e o desenvolvimento. A abordagem dessas questões está organizada em três partes. Na primeira, observam-se o contexto econômico nacional e o internacional que favoreceram a adoção das políticas neoliberais; na segunda, analisa-se a visão neoliberal dos problemas econômicos do Brasil, bem como as medidas iniciadas em 1989; na terceira e última parte, examina-se o impacto das referidas reformas sobre a economia brasileira, analisando-se os benefícios e problemas delas decorrentes para o período 1989-1998.

2 A GLOBALIZAÇÃO ECONÔMICA E O ESGOTAMENTO DO MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO

Desde a metade da década de 70, a economia mundial vem passando por transformações profundas. Como consequência dos desequilíbrios nos balanços de pagamentos, gerados pelo choque do petróleo e da diplomacia do dólar forte, as economias européias e asiáticas tomaram iniciativas bem-sucedidas de ajuste macroeconômico e reestruturação produtiva que, combinadas às pressões de organismos multilaterais pela liberalização comercial e financeira, inauguraram uma nova fase do processo de internacionalização do capital, com a globalização do comércio, das finanças e do processo produtivo.

Não que a globalização possa ser interpretada como um processo único ou original, mas as transformações gestadas ao longo dos anos 70 provocaram uma verdadeira revolução no capitalismo internacional: do lado do processo produtivo, observou-se que um mesmo bem passou a ser elaborado com a colaboração de unidades industriais localizadas em vários países (PRAXEDES e PILLETTI, 1994) e que o padrão fordista de produção deu lugar à especialização flexível (ANTUNES, 1995; GOLDENSTEIN, 1994); do lado do comércio, o fluxo mundial de mercadorias começou a crescer em proporções superiores ao aumento da produção mundial (NAKANO, 1994). No que diz respeito ao aspecto financeiro, o fluxo de recursos entre países superou os valores relativos ao comércio e a financeirização passou a ser o novo padrão sistêmico de riqueza, uma vez que, em lugar das decisões sobre o investimento produtivo, ganhou prestígio o movimento especulativo no mercado de capitais composto de ações, bônus e títulos financeiros em geral, “representantes da grande massa de riqueza mobiliária,

desproporcional face à riqueza real, produtiva” (BRAGA, 1997, p.199).

Surgido num contexto de rápidas mudanças no âmbito da produção, do comércio e das finanças, esse novo impulso globalizador do capital impôs sérias dificuldades aos países em desenvolvimento. De um lado, porque o avanço do poderio das corporações transnacionais e a crescente sofisticação e internacionalização dos circuitos tecnológicos, econômicos e financeiros alteraram parte dos métodos e funções dos Estados nacionais (FURTADO, 1998; HIRST e THOMPSON, 1998; IANNI, 1995 e 1998; MATTOSO, 1995); de outro, porque questões como qualidade, conteúdo tecnológico e redução de custos por ganhos de produtividade, decorrentes de inovações tecnológicas, passaram a ser fatores relevantes de competitividade em relação à utilização de mão-de-obra desqualificada, materiais tradicionais e tecnologia menos sofisticada (LACERDA, 1998). Por assim dizer, a globalização sinalizou um movimento desequilibrador da divisão internacional do trabalho, agudizando um panorama socioeconômico já bastante precário nas economias periféricas.

Com a economia brasileira não foi diferente. Além de um processo de industrialização tardia e de um desenvolvimento marcado pelo dualismo social (FURTADO, 1992; MELLO, 1992), a reestruturação das economias avançadas coincidiu com o esgotamento do modelo de desenvolvimento iniciado na década de 50, resultante do colapso das contas externas e da consequente crise financeira do Estado (BEAR, 1993; GOLDESTEN, 1994; GONÇALVES et al., 1998; TAVARES, 1993). Por conta disso, o Brasil chegou ao fim dos anos 80 com uma economia estagnada, socialmente dualista, financeiramente frágil e tecnologicamente atrasada, quando comparada aos padrões internacionais (COUTINHO e FERRAZ, 1994; MATTOSO, 1995).

3 O CARÁTER NEOLIBERAL DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO 1989-1998

Mediante o colapso interno e as mudanças no cenário mundial, formou-se um certo consenso no Brasil, antes mesmo do fim da década de 80, quanto à necessidade de ruptura com o passado e reestruturação do Estado e da economia, de modo a permitir a transposição da barreira do subdesenvolvimento e o resgate da chamada dívida social. No entanto, como salienta Mattoso (1995), o caráter patrimonialista-conservador do capital privado nacional impediu a redefinição de um padrão de desenvolvimento para o país que pudesse fazer frente às condições nacionais e

internacionais. Na ausência desse padrão, a crescente deterioração do Estado favoreceu a aventura neoliberal, segundo a qual o remédio para o Brasil seria o ajuste estrutural orientado e apoiado pelos organismos multilaterais, centrado na desregulamentação dos mercados e na diminuição do tamanho e do papel do Estado na economia (BATISTA, 1994; FIORI, 1993; 1997).

Conforme a propositura neoliberal, a perda de dinamismo das economias em desenvolvimento, como a do Brasil, deve-se, em grande medida, ao excesso de protecionismo e intervencionismo estatal, que tornou os custos de produção incompatíveis com os padrões internacionais e representou obstáculo à inserção competitiva no cenário mundial, resultando, inclusive, na queda de interesse do investidor estrangeiro – em prejuízo da absorção de tecnologia moderna –, na redução da participação no fluxo internacional de comércio e na interrupção do crescimento e do desenvolvimento (BATISTA, 1994; MELLO 1992).

A propósito, Franco (1995, 1998 e 1999) atribuiu ao modelo de substituição de importações conduzido pelo Estado os males da economia brasileira. Segundo ele, a inflação e os desajustes fiscais, utilizados pelo governo brasileiro como mecanismos para sustentar níveis elevados de investimentos, ocasionaram a instabilidade macroeconômica interna e as políticas protecionistas acentuaram a ineficiência industrial, produzindo uma atmosfera de negócios altamente prejudicial à competitividade e ao dinamismo tecnológico e deteriorando a taxa de crescimento da produtividade. Na sua concepção, o binômio inflação e proteção exacerbada não só foi terrivelmente concentrador, como também gerou o desajuste fiscal e a crise hiperinflacionária. Isso decretou a falência do Estado, estacionou o crescimento econômico e afugentou o investimento estrangeiro direto, que traria os benefícios da terceira revolução industrial e da globalização.

O antídoto para a crise, portanto, não poderia ser outro senão as reformas estruturais liberalizantes apresentadas como modernizadoras. Além de credenciar as economias em desenvolvimento a participarem do sistema globalizado como candidatas aos investimentos privados, elas intensificariam a concorrência no flanco interno, levando os segmentos empresariais a modernizações, para se ajustarem à concorrência externa. Nesse cenário, as reformas liberalizantes gerariam elevações substanciais da produtividade do trabalho e do grau de competitividade da indústria nacional, inserção qualificada no cenário mundial, aproximação com os centros produtivos dinâmicos e retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento.

Segundo Franco (1998; 1999), as respostas à crise brasileira pareciam simples: privatização, produtividade e concorrência. Além de favorecer a entrada de investimentos estrangeiros diretos e elevar a eficiência e a produtividade das empresas, a privatização permitiria a redução dos gastos públicos e a elevação das receitas fiscais e dos investimentos, bem como a transferência para o setor privado da responsabilidade por investimentos futuros, especialmente em infra-estrutura, desonerando o Estado de gastos que ele não tinha mais condições de bancar. O estímulo à concorrência elevaria o dinamismo tecnológico do país, permitindo um crescimento acelerado da produtividade, que, por sua vez, permitiria elevar a competitividade da produção doméstica e melhorar a distribuição de renda. A simples alteração da estrutura do mercado, portanto, resultaria numa maior participação do Brasil no fluxo de investimento estrangeiro direto e num ciclo de crescimento acelerado da produtividade e da competitividade, que conseguiriam reduzir as desigualdades sociais sem impactos inflacionários.

Com base nessa crença, o governo brasileiro iniciou, no limiar da década de 90, um rigoroso processo de liberalização da economia. Paulatinamente, os responsáveis pela política econômica foram pondo fim aos controles administrativos dos programas de importações das empresas, eliminando ou reduzindo barreiras não-tarifárias e tarifas alfandegárias sobre as importações, flexibilizando a política cambial e financeira, reduzindo e redefinindo o papel do Estado na economia. Numa alusão à idéia de que, no contexto da globalização, o desenvolvimento seria subproduto do neoliberalismo, esperavam não só estabilizar a moeda, mas também atrair novos investimentos estrangeiros, embarcar na terceira revolução industrial, elevar a produtividade do trabalho e o grau de competitividade, aprofundando a performance comercial da economia e retomando o crescimento econômico e o desenvolvimento.

4 OS RESULTADOS DA POLÍTICA ECONÔMICA BRASILEIRA NO PERÍODO 1989-1998

As políticas de orientação neoliberal permitiram ao Brasil experimentar mudanças que, no entanto, se mostraram insuficientes para aproximá-lo dos centros produtivos mais dinâmicos e pô-lo na rota do crescimento econômico e do desenvolvimento.

Como reflexo da condução macroeconômica, a inflação foi reduzida drasticamente, o capital estrangeiro voltou a migrar para o Brasil e a indústria foi forçada a uma certa reestruturação produtiva, o que resultou em ganhos de produtividade (FEDRIGO, 2000). No entanto, os esforços de

modernização não foram capazes de melhorar o desempenho comercial da produção nacional nem de permitir a retomada do crescimento sustentado ou a ruptura com a tendência regressiva do perfil distributivo brasileiro.

Ao contrário do que previam os *policy makers*, a elevação dos fluxos de entrada de investimentos estrangeiros diretos e o ajuste no sistema produtivo não foram compatíveis com o aprofundamento da estrutura industrial brasileira, para fortalecer o impulso exportador e pôr a economia nacional em pé de igualdade com os centros produtivos dinâmicos. De um lado, porque a sobrevalorização cambial desestimulou projetos voltados à instalação de capacidade para a produção de bens destinados à exportação;¹ de outro, porque as empresas multinacionais, líderes do surto de investimentos estrangeiros diretos no Brasil, continuaram centrando a produção no mercado interno, já que, conforme Salama (1998, p. 2), as exportações daquelas instaladas no Brasil não chegam a 10% de suas vendas; finalmente, porque os investimentos estrangeiros diretos dirigiram-se, prioritariamente, ao setor de serviços, quando são, sobretudo, os setores manufatureiros que exportam. Em verdade, as reformas estimularam investimentos na produção de *no-tradables*, limitando seus efeitos sobre o desempenho exportador.

Tabela 1 - Coeficientes de exportação e de importação - setor manufatureiro - em porcentagem - Brasil 1989-1998

Exportação/Produção	8,8	9,4	12,3	13,3	12,5	12,7	12,7	13	13,7	14,8
Importação/Produção	4,3	5,7	7,8	7,4	10,4	15,5	15,5	16,3	19,4	20,3
Import./Cons. Aparente	4,5	5,9	8,1	7,9	10,6	15,1	15,1	15,8	18,4	19,3

Fonte: Adaptado de MOREIRA, Maurício M.; CORREA, Paulo G. *Abertura comercial e indústria*; o que se pode esperar e o que se vem obtendo; atualizando os resultados (nota técnica). Rio de Janeiro: BNDS-DEPEC, 2000, p. 1-4.

A pouca relevância das reformas liberalizantes sobre o segmento industrial pode ser expressa pelo baixo desempenho do coeficiente exportado, em contraposição à elevação do coeficiente importado, e pela queda da participação relativa do Brasil nas exportações mundiais. Como pode ser visto tomando-se por base os dados da Tabela 1, no período 1989-1998, o coeficiente exportado² do setor manufatureiro cresceu 68%, mas o importado chegou a 372% em relação à produção, e a 329%, no que se refere ao consumo aparente.³ Por seu turno, a participação do Brasil nas exportações mundiais caiu de 1,18%, em 1989, para 0,91%, em 1998, como mostram os dados da Tabela 2.

1 Pela própria natureza, a valorização da moeda nacional prejudica as exportações, uma vez que, ao tornar mais cara a produção nacional no mercado externo, reduz a taxa de lucro sobre exportações.

2 Razão entre o valor das exportações e o valor da produção doméstica.

3 Pelo primeiro critério, o coeficiente importado é a razão entre o valor das importações e o valor da produção doméstica. Pelo segundo, é a razão entre o valor das importações e o valor do consumo aparente (produção + importação – exportação).

Tabela 2 - Participação percentual do Brasil no comércio mundial - 1989-1998

ANOS	EXPORTAÇÃO	IMPORTAÇÃO	CORRENTE DE COMÉRCIO
1989	1,18	0,66	0,92
1990	0,93	0,67	0,80
1991	0,93	0,64	0,78
1992	0,98	0,61	0,79
1993	1,03	0,74	0,88
1994	1,02	0,85	0,93
1995	0,91	1,05	0,98
1996	0,87	1,00	0,94
1997	0,93	1,11	1,02
1998	0,91	1,11	1,01

Fonte: Adaptado de BACEN - Banco Central do Brasil. *Relatório Anual do Banco Central do Brasil 1990-1998*. Brasília: BACEN-DEPEC, 1991-1999.

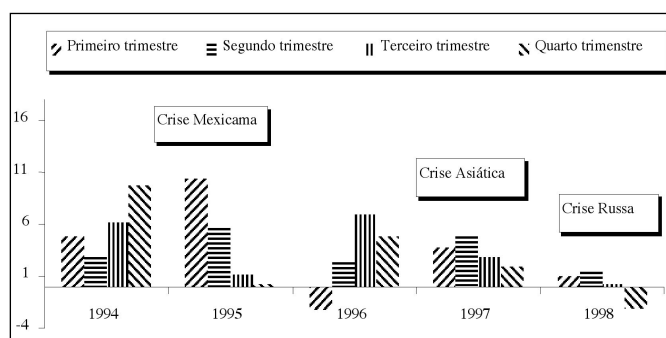
Como mais uma demonstração da perda de competitividade internacional, saliente-se que a economia brasileira passou a acumular constantes déficits comerciais, provocando um desequilíbrio exorbitante em suas contas externas e a conseqüente elevação da dependência de financiamentos estrangeiros. Os dados da Tabela 3 mostram que o saldo da balança comercial do Brasil passou de um superávit de US\$ 16,1 bilhões, em 1989, para um déficit da ordem de US\$ 6,5 bilhões, em 1998. No período, a dependência brasileira de financiamentos estrangeiros saltou de US\$ 13,5 bilhões para nada menos que US\$ 67,7 bilhões – essa elevação da dependência de financiamentos externos também se deve ao aumento da remessa de lucros e dividendos, bem como às amortizações da dívida externa. Não foi à toa que o país ficou mais exposto às oscilações do mercado internacional e sujeito a ataques especulativos.

Tabela 3 - A dependência de capital externo – US\$ bilhões - Brasil 1989-1998

	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Necessidade de captação	-13,5	-12,6	-9,2	-2,4	-10,6	-52,1	-28,8	-38,6	-61,7	-67,7
Bal. trans. correntes	1,0	-3,8	-1,4	6,2	-0,6	-1,7	-17,8	-24,4	-33,0	-34,1
Balança comercial	16,1	10,8	10,6	15,3	12,9	10,4	-3,2	-5,6	-8,4	-6,5
Exportações	34,4	31,4	31,6	35,9	38,6	43,5	46,5	47,7	53,0	51,1
Importações	18,3	20,7	21,0	20,6	25,7	33,1	49,7	53,3	61,3	57,6
Balanço de serviços	-15,3	-15,4	-13,5	-11,3	-15,2	-14,7	-18,6	-21,7	-26,9	-29,4
Viagens internac.	0,5	-0,1	-0,2	-0,3	-0,8	-1,2	-2,4	-3,6	-4,4	-4,1
Juros líquidos	-9,6	-9,7	-8,6	-7,3	-8,3	-6,3	-8,2	-9,8	-10,4	-11,9
Lucros e dividendos	-2,4	-1,6	-0,7	-0,6	-1,8	-2,5	-2,6	-2,4	-5,6	-7,2
Outros	-3,8	-3,9	-4,0	-3,2	-4,3	-4,7	-5,4	-5,9	-6,5	-6,2
Transfer. unilaterais	0,2	0,8	1,6	2,2	1,7	2,6	4,0	2,9	2,2	1,8
Amortizações	-14,5	-8,8	-7,8	-8,6	-10,0	-50,4	-11,0	-14,3	-28,7	-33,6

Fonte: BACEN e SECEX, apud *Conjuntura Econômica*, v. 54, n. 3, mar. 2000, p. XXV-XXVII.

O fato é que o Brasil se tornou vulnerável à volatilidade dos mercados internacionais. A elevação da necessidade de financiamentos externos fez com que cada mudança no cenário internacional passasse a refletir negativamente sobre a economia nacional, sobretudo no que diz respeito às taxas de juros e de câmbio, com impactos sobre a atividade econômica. Nesse sentido, como mostra o Gráfico 1, tanto a crise mexicana quanto as crises asiática e russa provocaram quedas sensíveis da atividade econômica brasileira, elevando o risco de financiamento do seu déficit externo.



Fonte: Adaptado IBGE – Indicadores IBGE – CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de contas nacionais Brasil: indicadores de volume*. Rio de Janeiro: IBGE, 1994 – 1999.

Gráfico 1 – Variação percentual do PIB brasileiro por trimestre – 1994 - 1998.

Se os efeitos das políticas liberalizantes sobre o desempenho comercial da produção nacional não foram satisfatórios, o mesmo ocorreu em relação ao crescimento econômico. Para esse crescimento, a contribuição dos investimentos estrangeiros diretos destinados ao Brasil foi restrita, uma vez que, conforme Lima (2000), boa parte deles se deu na forma de fusões e aquisições de empresas privadas e privatizações de empresas públicas. Conforme Lacerda (2000, p. B2), entre 1991 e 1999 foram destinados mais de US\$ 31 bilhões às privatizações realizadas nos âmbitos federal e estadual, praticamente 50% do total de Investimento Direto Estrangeiro – IDE aportados no Brasil, no período.

Além disso, a utilização de elevadas taxas internas de juros como diferencial para captação de recursos obstruiu o aquecimento da economia. Em decorrência, a taxa anual média de evolução do Produto Interno Bruto – PIB foi bastante modesta.

Diga-se de passagem, no período em referência, a economia brasileira se mostrou menos aquecida que na década de 80, aquela que foi considerada a década perdida. Como pode ser observado na tabela 4, após uma queda substancial no início dos anos 90, a taxa de investimento em Formação Bruta de Capital Fixo – FBCF apresentou ligeira recuperação, saltando de 14,0%, em 1992, para

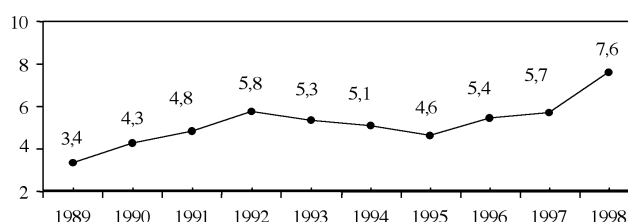
17,4%, em 1998. Mas, em média, permaneceu abaixo daquela registrada nos anos 80, da ordem de 18,6% ao ano. Já o Produto Interno Bruto – PIB oscilou com frequência e, em média, cresceu 2,0% ao ano, entre 1989 e 1998, contra uma média anual de 3,0% na década de 80.

Tabela 4 - FBCF e crescimento do PIB real – Brasil 1989 - 1998

Período	FBCF em % do PIB a preços de 1980	Crescimento % do PIB Real
Média anos 80	18,6	3,0
1989	16,7	3,2
1990	15,5	-4,3
1991	15,2	1,0
1992	14,0	-0,5
1993	14,4	4,9
1994	15,3	5,9
1995	16,7	4,2
1996	16,5	2,7
1997	17,9	3,6
1998	17,4	-0,1
Média 1989-1998	16,0	2,0

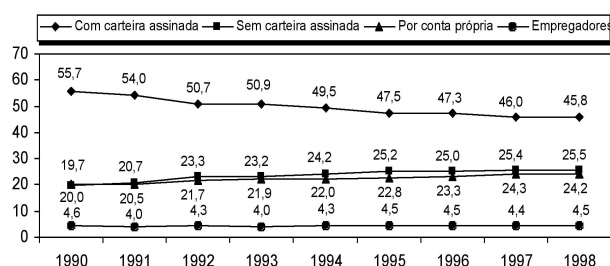
Fonte: IBGE, apud *Conjuntura Econômica*, v. 54, n. 3, mar. 2000, p. XXIX.

No que diz respeito à questão do desenvolvimento, não foi muito diferente. O baixo desempenho do Produto Interno Bruto – PIB, as dificuldades enfrentadas pela indústria nacional e os esforços de modernização produtiva se traduziram em aumento rápido das taxas de desemprego e elevação substancial da informalidade do trabalho, com declínio do emprego com carteira assinada, em contraposição à elevação daquele sem carteira assinada ou por conta própria. De acordo com o Gráfico 2, verifica-se que a taxa de desemprego mais que dobrou entre 1989 e 1998, passando de 3,4% para 7,6%. Do lado da posição na ocupação, os dados do Gráfico 3 são igualmente reveladores: a população com carteira assinada representava, em 1990, 56% da força de trabalho, caindo para 46%, em 1998. No mesmo período, a participação da população ocupada sem registro em carteira e por conta própria saltou, respectivamente, de 19,7% para 25,5% e de 20% para 24,2%, numa clara demonstração de precarização do emprego.



Fonte: IBGE-PME, apud *Conjuntura Econômica*, v.54, n.3, mar. 2000, p. XX.

Gráfico 2 – Taxas de desemprego aberto – variação anual média em porcentagem da PEA – Brasil 1989-1998.



Fonte: Adaptado IBGE-PME – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa mensal de emprego 1990-1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1999.

Gráfico 3 – População ocupada por posição na ocupação – posição de dezembro em percentagem – regiões metropolitanas – Brasil 1990-1998.

Outro fator que mostra o baixo desempenho das reformas liberalizantes sobre o desenvolvimento é o espectro distributivo. Embora a estabilização dos preços tenha promovido uma melhora no ganho das camadas populacionais com os menores rendimentos, conforme dados do IBGE – PNAD (1999, p.114), entre 1989 e 1998, o rendimento mensal médio dos 20 % mais pobres da população brasileira, com rendimentos, cresceu 80%. Isso permitiu que uma parcela rompesse com a pobreza e a indigência: de acordo com Barros et al. (2000, p.27), o grau de pobreza da população caiu de 42,9%, em 1989, para 32,7%, em 1998; no mesmo período, o grau de indigência caiu de 20,7% para 13,9%. Os efeitos da condução macroeconômica não romperam com a tendência regressiva do perfil distributivo brasileiro.

Os dados da Tabela 5 mostram que, pelo coeficiente de Gini – medida que revela o grau de desigualdade de renda de uma realidade específica –, seus valores variam entre zero e um, e quanto mais próximo de um, maior a desigualdade na distribuição de renda. A outra medida corresponde à razão entre segmentos opostos na distribuição de renda de uma sociedade, traduzindo uma noção de (in)justiça social; quanto maior a razão entre a renda média dos mais ricos e a dos mais pobres, menos justa deve ser considerada a sociedade – E pela a razão entre a renda média dos 10% mais ricos e a dos 40% mais pobres, o grau de desigualdade da população brasileira sofreu um declínio de 1989 a 1992, mas voltou a crescer em 1993 e se manteve estável até 1998; num patamar superior ao de 1992, embora inferior ao de 1989, o coeficiente de Gini ficou na casa de 0,59, e os 10% mais ricos, com uma renda média 21 vezes superior à dos 40% mais pobres.

Tabela 5 - Evolução dos indicadores de desigualdade de renda - Brasil 1989-1998

Período	Razão entre a renda média dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres	Coeficiente de Gini
1989	30,9	0,65
1990	27,4	0,62
1992	18,6	0,58
1993	22,3	0,60
1995	21,6	0,59
1996	21,8	0,59
1997	21,5	0,59
1998	20,6	0,58

Fonte: Adaptado IBGE-PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999, p. 144; 150.

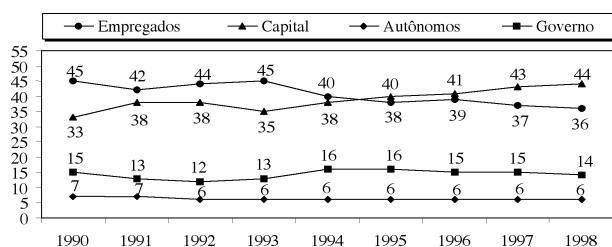
O efeito sobre o espectro distributivo foi modesto porque a maior parte da renda nacional continuou nas mãos de poucos. Os dados da Tabela 6 mostram que, em 1998, os 20% mais ricos da população brasileira se apropriaram de cerca de 63,5% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detiveram pouco mais de 13,5% da renda. O grupo dos 20% mais pobres concentrou apenas 3,5% do total da renda; em contrapartida, o grupo composto dos 1% mais ricos se apropriou de uma parcela de renda superior àquela apropriada pelos 50% mais pobres. Os números revelam, portanto, que a estrutura de renda do Brasil permaneceu altamente perversa e injusta.

Tabela 6 - Distribuição percentual do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento, Brasil 1989-1998

Classes de %	1989	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998
10% + pobres	0,6	0,8	0,8	0,7	1,1	1,2	1,1	1,2
20% + pobres	2,0	2,4	2,8	2,7	3,3	3,4	3,3	3,5
50% + pobres	10,4	11,2	14,1	12,8	13,0	13,0	13,1	13,5
20% + ricos	69,0	66,1	62,3	65,3	64,3	64,1	63,8	63,5
10% + ricos	53,2	49,7	46,1	49,8	48,2	47,9	47,6	47,5
1% + ricos	17,3	14,6	13,7	16,0	13,9	13,5	13,7	13,7

Fonte: Adaptado IBGE-PNAD - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1999, p. 138.

A análise atenta dos indicadores de renda do PIB reforça o argumento anterior. O Gráfico 4 revela uma queda do peso dos rendimentos do trabalho, em oposição a uma elevação da participação do capital na renda nacional. Como pode ser visto, entre 1990 e 1998, os brasileiros que viviam de lucros, juros e aluguéis elevaram sua participação na composição da renda nacional de 33% para 44%, mas os assalariados reduziram-na de 45% para 36%. O capital, portanto, foi amplamente favorecido na sua relação com o trabalho.



Fonte: IBGE – CONTAS NACIONAIS – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de contas nacionais Brasil: resultados preliminares 1997-1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1998, p.13; 1999, p.15.

Gráfico 4 – Composição percentual do PIB pela ótica da renda – Brasil 1990–1998.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões abordadas ao longo deste texto permitem observar que, se por um lado, os ajustes e as reformas liberalizantes implementados no Brasil impactaram positivamente a inflação e a captação de recursos estrangeiros e forçaram uma certa reestruturação produtiva, elevando a produtividade industrial, por outro, deterioraram o desempenho comercial brasileiro e, ao contrário do que previam os *policy makers*, foram modestos quanto aos efeitos sobre o crescimento econômico e o desenvolvimento.

Dessa forma, se em tempos remotos a participação no comércio internacional condenou a economia brasileira a um processo de industrialização tardia e a uma estrutura socioeconômica caracterizada pelo dualismo social e se as transformações no cenário internacional, a partir da década de 70, levaram ao colapso do seu modelo de desenvolvimento, a inserção na globalização não deu conta de questões básicas: a competitividade passou a ser a palavra de ordem no contexto global, enquanto a participação brasileira nas exportações mundiais caía sistematicamente; a produtividade do trabalho cresceu relativamente no Brasil, mas o país continuou com um padrão distributivo altamente perverso e injusto.

Trilhar novos caminhos parece importante e oportuno. Como salienta Hobsbaum (1995), a tendência em se construir um futuro reconhecível pelo prolongamento do passado ou do presente não poderia ser outra que não o fracasso, e o seu preço, a escuridão. Faz-se necessário traçar um modelo de desenvolvimento em que o emprego e o produto sejam mais bem distribuídos, levando em conta as necessidades humanas; um novo padrão político e social capaz de promover um desenvolvimento sustentável, a qualidade de vida e a multiplicação das oportunidades. Muito provavelmente, esse modelo não será gestado por um Estado nos moldes que conhecemos, tampouco o livre mercado será capaz de concebê-lo. Fica a reflexão.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez-UNICAMP, 1995.

BACEN - Banco Central do Brasil. *Relatório Anual do Banco Central do Brasil 1990-1998*. Brasília: BACEN-DEPEC, 1991-1999.

BARROS, Ricardo. P. et al. *Desigualdade e pobreza no Brasil; a estabilidade inaceitável*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

BATISTA, Paulo N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. *Caderno Dívida Externa*. São Paulo: PEDEX, n.6, p.5-56, set. 1994.

BEAR, Mônica. *O rumo perdido; a crise fiscal e financeira do Estado brasileiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

BRAGA, José C. S. Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo. In: TAVARES, Maria da C.; FIORI, José L. (Org.). *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*, 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997. p. 195-242.

CONJUNTURA ECONÔMICA. São Paulo: FGV-IBRE, v. 54, n.3, mar. 2000.

COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João C. *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. 3. ed. Campinas: Papirus-UNICAMP, 1994.

FIORI, José L. Ajuste, transição e governabilidade: o enigma brasileiro. In: TAVARES, Maria da C.; FIORI, José L. (Des)Ajuste global e modernização conservadora. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 127-193.

_____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis: Vozes, 1997.

FRANCO, Gustavo H. B. *O Plano Real e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_____. A inserção externa e o desenvolvimento. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Editora 34, v.18, n.3, p. 121-147, jul./set. 1998.

_____. *O desafio brasileiro: ensaios sobre desenvolvimento, globalização e moeda*. São Paulo: Editora 34, 1999.

FURTADO, Celso. *Brasil: a construção interrompida*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

_____. *O capitalismo global*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

GOLDENSTEIN, Lídia. *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo et al. *A nova economia internacional; uma perspectiva brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

HIRST, Paul; THOMPSON, Graham. *Globalização em questão*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

HOBSBAUM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. *A sociedade global*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. A política mudou de lugar. In: DOWBOR, Ladislau et al. (Org.). *Desafios da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 17-27.

IBGE – CONTAS NACIONAIS – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de contas nacionais Brasil*. Resultados preliminares 1997-1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1998-1999.

IBGE – Indicadores IBGE – CONTAS NACIONAIS TRIMESTRAIS – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Sistema de contas nacionais Brasil*. Indicadores de volume. Rio de Janeiro: IBGE, 1994-1999.

IBGE-PME – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa mensal de emprego 1990-1998*. Rio de Janeiro: IBGE, 1991-1999.

IBGE-PNAD – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios*. Síntese de indicadores 1998. Rio de Janeiro: IBGE, 1999.

LACERDA, Antônio C. *O impacto da globalização na economia brasileira*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. Capital estrangeiro na privatização. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 19 fev. 2000. Caderno Economia, p. B2.

LIMA, Marli. Fusões e aquisições cresceram 22% no ano. *O Estado de S. Paulo*. São Paulo, 10 jul. 2000. Caderno Economia, p. B7.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MATTOSO, José E. L. *A desordem do trabalho*. São Paulo: Scrita, 1995.

MELLO, João M. C. Consequências do neoliberalismo. *Economia e Sociedade*. Campinas: UNICAMP, n.1, p. 59-67, ago. 1992.

MOREIRA, Maurício M.; CORREA, Paulo G. *Abertura comercial e indústria: o que se pode esperar e o que se vem obtendo; atualizando os resultados (nota técnica)*. Rio de Janeiro: BNDS-DEPEC, 2000.

NAKANO, Yoshiaki. Globalização, competitividade e novas regras do comércio internacional. *Revista de Economia Política*. São Paulo: Nobel, v.14, n.4, p. 7-29, out./dez. 1994.

PRAXEDES, Walter; PILLETTI, Nelson. *O mercosul e a sociedade global*. São Paulo: Ática, 1994.

SALAMA, Pierre. Incentivos ao investimento estrangeiro direto. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 22 nov. 1998, Caderno Dinheiro, p. 2.

TAVARES, Maria da C. Ajuste e reestruturação nos países centrais: a modernização conservadora. In: TAVARES, Maria da C.; FIORI, José L. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. São Paulo: Paz e Terra, 1993. p. 21-73.

Recebido em: 31 mar. 2003

Aprovado em: 17 abr. 2003